

## LUGAR E EXPERIÊNCIA NO ENSINO DE GEOGRAFIA EM MACAÉ

David dos Santos da Conceição

david\_geo\_2000@yahoo.com.br<sup>1</sup>

### Resumo

*O trabalho docente na escola possibilita que cotidianamente nos deparemos com diversas realidades e experiências. Este artigo tem como proposta apresentar um estudo que considere as territorialidades e como elas são percebidas nas aulas de Geografia por meio das identidades. Para tanto, se fazem necessárias análises quanto a esta realidade a partir da realização de uma revisão e discussão bibliográfica trabalhando o conceito de lugar. Também será objeto das análises o trabalho desenvolvido junto a duas escolas públicas do ensino fundamental da rede municipal de Macaé, estado do Rio de Janeiro, para uma amostra. Neste contexto, o artigo pretende contribuir, através de reflexões acerca das práticas docentes no Ensino de Geografia, para a importância do reconhecimento das multiplicidades identitárias e as formas como estas se manifestam no espaço escolar e suas imbricações no que concerne a questão da autonomia e cidadania nos lugares.*

**Palavras-chave:** Lugar, Identidade, Ensino de Geografia.

### Introdução

Propomos desenvolver no trabalho, uma investigação sobre a construção das identidades e como ela se articula com o conceito de lugar e sua percepção a partir da experiência no Ensino de Geografia no município de Macaé (RJ). Neste sentido estudaremos quais relações existem entre a formação das identidades e o lugar na escola pública e a ideia de que estaria a acontecer fenômenos ligados a territorialidade que estariam a organizar os lugares, sobretudo a escola, numa inclusão precária aos bens e serviços essenciais.

Também analisaremos as formas como as territorialidades imbricadas nas identidades se apresentam no cotidiano assim como a possível relação disto com as dificuldades encontradas na escola no que se refere ao trabalho com os alunos no Ensino de Geografia.

As inúmeras realidades e experiências vivenciadas a partir da prática docente nos permite investigar dificuldades no aprendizado dos alunos, em que pese certas práticas reprodutivistas, no que tange ao Ensino de Geografia. Estas práticas reprodutivistas que exigem a cópia de textos e a respectiva memorização de conteúdos não dialogam com os

---

<sup>1</sup>Mestrando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-graduado em Gestão Pública Municipal (UFF). Licenciado em Geografia (UFF). Professor da Rede Municipal de Macaé (RJ).



acontecimentos diários nas múltiplas escalas de análise dos fenômenos. Em outras palavras, o que supomos é que, em muitos casos, o Ensino de Geografia acontece tão somente como transmissão e reprodução de conhecimento, não levando em consideração as experiências dos alunos que são fundamentais para interligar o conteúdo com a realidade.

Entendemos então, que mostrar caminhos diferentes dos habituais na construção do conhecimento e das identidades é ajudar o aluno a tomar consciência de si mesmo, dos outros, do lugar e da sociedade.

### **Interfaces entre lugar e identidade**

As demais seções do texto **não** devem ser numeradas. Um texto bem dividido em seções torna a leitura mais fluída e agradável para o leitor. As transformações no tempo e na cultura, associadas a atual globalização, nos remetem a fenômenos e sua análise - deslocamentos e fluxos dos vários tipos - que não podem prescindir de uma compreensão espacial da realidade em que as muitas práticas cotidianas realizadas nos lugares denotam uma dinâmica própria que, ao mesmo tempo em que produzem singularidades, fazem sua própria leitura de mundo. Quando dessas singularidades e leituras próprias de mundo emergem dúvidas e questionamentos a respeito das contradições na produção do lugar e suas formas, em muitos casos caóticos, é que o próprio lugar e seu cotidiano podem tornar-se realmente importantes como categorias de análises.

Neste sentido Corrêa (2007, p. 55) enfatiza a organização na produção do espaço como “[...] um meio de vida no presente (produção), mas também uma condição para o futuro (reprodução)”.

Ademais, o que é material, ou seja, os meios com os quais se vive e sua espacialidade construída cotidianamente e que dão forma aos lugares, não pode estar dissociado do caráter subjetivo do cognoscente humano que não é material. O cognoscente humano é formado pelos sentimentos, emoções, a corporeidade e o pensar dos sujeitos que habitam as cidades. Nesse propósito, Godelier (1989 apud LINDÓN, 2009, p. 1, tradução nossa) coloca que “[...] a realidade não é apenas o material, mas também o ideal que está intrinsecamente ligado ao material”.

Alguns autores discutem que a condição atual sugere um estado de coisas em que há uma diminuição das distâncias entre os povos e uma aceleração da comunicação e da própria



vida através da experimentação e uso de tecnologias que avançam rapidamente. A esse respeito Massey (2000, p. 178) nos aponta que, “A compressão espaço-tempo refere-se ao movimento e à comunicação através do espaço, à extensão geográfica das relações sociais e a nossa experiência de tudo isso”. Isto cria uma noção de lugar multidimensional que a partir da interface dos sujeitos que habitam os lugares com essa multiplicidade dão sentido ao lugar com identidades múltiplas, com efeito, um sentido global de lugar.

Mas isso é igual por toda parte? Partimos do pressuposto de que o lugar não é fechado em si mesmo como algo definido pela sua história, sua construção social e seu passado, e sim pelas relações dos sujeitos no presente, como no dizer de Lindón (2009), sujeito-habitante e que certamente recebe influências de várias partes, podendo construir sua identidade a partir de suas práticas, sua ação social e seu atuar.

Consubstanciado a isto, o lugar não pode ser visto também só como uma construção apenas exterior aos sujeitos, que se imbrica nas redes mundiais e se entrelaçam e são os nós da globalização criando uma identidade multifacetada que nada tem a ver com os saberes construídos na vivência, no conhecimento, no pertencimento e no cotidiano dos povos. Tuan (2013) diz, por exemplo, que os cientistas têm poder de criar um lugar ao apontar as características e qualidades de um meio. Mas e o sujeito? Não pode criar um lugar? O fato de muitos lugares altamente significantes para algumas pessoas e grupos terem pouca notoriedade para uns não pode invalidar aquela construção de lugar e identidade autorrealizada por estar, viver e sentir nele.

Devemos aceitar que vivemos um período de transformações que organiza os lugares segundo uma lógica de interesses que pretendem o mundo livre de quaisquer barreiras à circulação de fluxos de todos os tipos (transportes, mercadorias, pessoas e capitais) e que isto tem reflexos irrefutáveis em várias partes do globo. Porém, o discurso do novo, da pós-modernidade, do multiculturalismo que deve ser posto no lugar de tudo que existia antes, se aproxima de um mito. Sobre isto, Gomes (2014, p.49) elucida que

Daí vem a concepção de uma estrutura em progressão, segundo a qual o avanço e a mudança são sempre elementos necessários. [...] O “novo” torna-se sinônimo de legítimo e, em seu nome busca-se toda gama de justificativas.

[...] Não se trata de setores específicos a transformar, mas toda uma lógica a redefinir.

A questão que se coloca é: será que de fato a globalização desfaz a construção da ideia de lugar como abrigo, pertencimento ou sentimento, apresentando um mundo totalmente novo que reconstrói todas as identidades ao mesmo tempo em todas as partes? Procurando refletir sobre a multiplicidade de dimensões que influenciam na concepção atual de mundo, entendemos que a sobreposição de temporalidades talvez abra caminho para muitos sentidos e formas de experiências de lugar, e por suposto, também para a formação de identidades múltiplas. Sobre esse aspecto, Massey (2000, p. 183) afirma que “Se se reconhece que as pessoas têm identidades múltiplas, pode-se dizer a mesma coisa dos lugares. Ademais, essas identidades múltiplas pode ser uma fonte de riqueza ou de conflito, ou ambas”. Taschner procurando refletir sobre esta temática acrescenta que “As transformações constantes nas tecnologias de produção, no desenho de objetos, na comunicação mais extensiva ou intensiva entre sociedades [...] tornam instáveis as identidades” (TASCHNER, 2016, p.39).

Contudo, em outra análise, Tuan afirma que o lugar é construído articulando experiência, pertencimento e sentidos em torno da ideia de pausa no movimento. Ele argumenta que “A distância é um conceito espacial inexpressivo separado da ideia de objetivo ou lugar. [...] Aqui não envolve necessariamente lá. [...] O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado” (TUAN, 2013, p.167). Este autor ainda coloca sobre a formação do sentido de lugar associado ao sentimento de pertencimento ou topofilia que “A consciência do passado é elemento importante no amor pelo lugar” (TUAN, 2012, p. 144). A topofilia, segundo Tuan, é “[...] o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” (TUAN, 2012, p. 4). Esta condição estaria ligada a formação de identidades também.

Pensamos que há um movimento constante no sentido atual dos fluxos globais de todos os tipos que estariam por sugerir processos de territorialização que ao mesmo tempo é excludente tanto no sentido do acesso as novas tecnologias e a informação, quanto no acesso aos fixos na paisagem de ordem material para prover uma condição de vida digna nos lugares. A atual territorialização que reconhecemos nos lugares periféricos de Macaé tem apontado para a continuidade de processos de fragmentação na construção de territorialidades na medida em que a formação de redes de circulação no município que alcançam a escala geográfica internacional tem gerado uma “[...] massa de despossuídos sem as menores condições de acesso a essas redes e sem a menor autonomia para definir seus circuitos de vida” (HAESBAERT, 2014, p.166).



Haesbaert (2014) define essa situação como aglomerados de exclusão que teriam níveis de dramaticidade distintos na medida em que os processos de ausências se tornem porquanto mais agudos e a reterritorialização dos grupos sociais não se completa plenamente. Porém, não se trata aqui de definir qual é o nível de territorialização que estes aglomerados em Macaé se encontram, mas sim de atuar para que essas pessoas tenham garantido o direito ao lugar como realização da cidadania o que não se completa sem o autorreconhecimento de si mesmo como sujeito e de uma identidade que permita sonhar e lutar por esses sonhos. Por conseguinte, é na questão da autonomia que esta pesquisa quer apontar caminhos já que, segundo Haesbaert (2014, p. 173),

[...] é cada vez mais difícil a construção da autonomia dos grupos sociais, ainda que relativa, pois redes cada vez mais globais amarram a vida cotidiana [...] a reterritorialização dominante nos nossos dias é um processo complexo e geralmente vinculado apenas ao caráter funcional do território [...].

A ausência de uma territorialidade que se identifique ao mesmo tempo com o lugar e/ou com múltiplas influências globais que circulam através das mídias sociais e meios de comunicação que denotam a formação de diversos grupos sociais que são espaços de construção de saberes e cidadania, contribuem para que os alunos tenham dificuldades para protagonizarem seus próprios caminhos na formação de saberes e conhecimentos que sejam rumos para sua vida escolar e sua autonomia.

Neste sentido, destacamos a escola, as salas de aula, os corredores, o pátio, enfim, seu espaço que é algo físico e palpável como um lugar, uma construção cultural permeada por significados e subjetividades envolvendo a mente, o corpo e as práticas. Como lugar que é, a escola e seu cotidiano apresenta uma construção que segundo Tavares (2003, p. 60) é reforçada pelos seus referenciais construídos materialmente e simbolicamente: “A localização da escola, o desenho arquitetônico do prédio, signos próprios e/ou incorporados, bem como a sua decoração exterior e interior, respondem a padrões culturais e pedagógicos que estudantes e demais trabalhadores internalizam [...]”.

Podemos então inferir que a apreensão deste lugar pode carregar as marcas da percepção que se faz dele a partir do simbolismo de sua representação como espaço de uma ordem estética e ideológica que impõe como discurso o fracasso escolar negando a autonomia e o direito à identidade. É possível pensar desta forma a realidade em consonância com o que apresenta Tavares (2003, p. 51) que enfatiza que “Nesse sentido, ler a arquitetura escolar é compreender que ela é por si mesmo um programa”. A autora ainda acrescenta que “[...] o

espaço escolar parece não ser outro: feio, pobre, padronizado, precário, mínimo, opressivo... [...]” (TAVARES, 2003, p. 50). Esta perspectiva de uma escola de periferia para atender a demanda de ampliação do acesso tem sido marcada pela racionalidade do discurso da quantidade em detrimento da qualidade. Conforme Tavares, “O desinvestimento econômico e arquitetônico da escola pública de massa parece estar sendo uma das moedas de troca das elites locais e (inter)nacionais para o atendimento às demandas educativas da população” (TAVARES, 2003, p. 51).

Entendemos então que, não há uma preocupação estética e de espaço de aprendizagem significativa. A construção das escolas se dá apenas para alocar quantidades cada vez maiores de alunos uma vez que, em muitos casos, não há sequer bibliotecas, pois estas são substituídas por salas de leituras onde há livros didáticos e pouca oferta de outras publicações. Também tem sido abandonado pelas plantas escolares as quadras esportivas e as áreas recreativas. Em nossa pesquisa, como resultado preliminar, verificamos que no Colégio Municipal Professora Elza Ibrahim não há quadra de esportes e as grades estão espalhadas pelos corredores impedindo a livre circulação para as salas de aula e o pátio.

O mesmo acontece no Colégio Municipal Doutor Cláudio Moacyr de Azevedo em que as grades instaladas para o controle dos alunos os impedem de circular pelas dependências da escola. A lógica da quantidade que preceitua a construção e ampliação de salas de aula, conforme mencionamos, levou esta escola a ser construída e ampliada com o uso de três materiais distintos: o núcleo original é de concreto pré-moldado e as demais partes (fruto de ampliações posteriores) formadas por PVC e por madeiras nas paredes.

Imagem 1 - Colégio Municipal Professora Elza Ibrahim



Fonte: Elaborado pelo autor

Imagem 2 - Colégio Municipal Doutor Cláudio Moacyr de Azevedo



Fonte: Elaborado pelo autor

Neste contexto, o que vemos é que as escolas públicas têm sido gradativamente empobrecidas, tanto do ponto de vista dos materiais utilizados quanto simbolicamente. As

atividades de um povo de acordo com Tuan (2012, p. 239) “[...] geram padrões espaciais, requerem formas arquitetônicas e ambientes materiais que, por sua vez, depois de terminados, influenciam o padrão das atividades”.

Naturalmente se as formas arquitetônicas e os ambientes materiais que predominam como padrões nas escolas que descrevemos são precários, isto refletirá de alguma forma na percepção que se tem deste espaço e, por conseguinte, na formação das identidades. Pensando sobre a formação das identidades, temos a proposição de Tuan (2012, p. 239-240) que aponta que

Os estilos de vida dificilmente são verbalizados e desempenhados conscientemente. Na maioria dos casos, chegamos a compreender algo do estilo de vida de um povo, incluindo a sua atitude em relação ao mundo, somente por meio da evidência acumulada dos atos diários e do caráter das circunstâncias físicas onde ocorrem.

A evidência acumulada e suas circunstâncias observadas nos remetem à uma construção social de dificuldades que afirmam os interesses das elites por um lado, mas por outro reafirmam as lutas sociais que os movimentos recentes de classes, gênero, raça, etc., tencionam. Sem embargo, é refletindo a partir da discussão sobre tais pressupostos relacionados ao cotidiano, ao lugar e a formação das identidades dos jovens nas escolas que iremos estudar a possibilidade de a partir do ensino de Geografia subverter os padrões culturais forjados e estabelecidos como dominantes.

O Ensino de Geografia pode contribuir para que os alunos interpretem, ao seu tempo, essas contradições discutidas, recriando identidades próprias que apontem para uma autonomia cada vez maior nos lugares. De acordo com Tavares (2003, p. 60) “Pelos diferentes usos de seus protagonistas, o espaço escolar, antes uma abstração, generalização institucional, transforma-se num lugar”. Os lugares têm o seu fazer e acontecer que lhes são próprios construídos socialmente através da vivência cotidiana das pessoas que o habitam. A força dos lugares vem da consciência que cada um tem como sujeito nos grupos sociais que constituem e no mundo em que vivem. Desta forma, Callai (2009, p. 122) nos fala que

[...] os lugares com os quais as pessoas se identificam são significativos para sua vida e para o desenvolvimento de sua cidadania. Estes lugares levam a ideia de pertencimento [...] dando estabilidade e segurança às pessoas e tornando-as participantes, capazes de operar transformações.

Sob esta perspectiva, talvez resida aí a possibilidade de superar a fragmentação das relações contemporâneas, acreditando que as pessoas possam romper com os atuais mecanismos territorializantes para então interferir na construção da realidade dos lugares.

### **Contextualização**

A ideia de mundialização de uma cultura de massa que transforma os corações e mentes e lhes atribui uma carga de sentidos novos que criam lógicas de comportamento ligadas ao individualismo, ao reprodutivismo, ao egoísmo, ao discurso único, e, no limite a violência, encontra validade ao analisarmos o modelo de sociedade de consumo que tem se instalado por toda a parte. E que, por suposto, está balizado, considerando diversos aspectos e particularidades, pelo modo de produção capitalista.

É possível pensarmos que a organização espacial que emana dentro da lógica do modelo capitalista obedece aos pressupostos inerentes à acumulação, ao lucro e ao privilégio de uns sobre os outros. A organização espacial como o conjunto de objetos dispostos em um determinado espaço é condição para a reprodução dos grupos sociais e ao mesmo tempo reflexo social. Assim, a formação espacial dos bens e serviços essenciais a realização de uma vida condigna depende dos grupos sociais envolvidos nos lugares.

A atuação como professor no serviço público do município de Macaé e o constante diálogo com alunos, pais, professores e outros atores populares envolvidos na dinâmica social e econômica do município serviu de impulso inicial para levantar questões acerca das dificuldades encontradas nos lugares onde as pessoas desenvolvem suas atividades cotidianamente. A certeza que deve permear nossos horizontes na formação do espaço público é que é possível fazer e responder aos anseios da sociedade e, sobretudo, daqueles que mais precisam.

É recorrente a caracterização de Macaé como capital nacional do petróleo e, permeado por contradições, poucas informações se tem sobre seus aspectos que unem geografia, lugar e direitos sociais.

No município de Macaé queremos estudar como é possível a partir das aulas de Geografia identificar as implicações inerentes à construção da cidade e sua imagem marcada por grandes disparidades espaciais entre os lugares.

A observação cotidiana dos lugares nos leva a perceber o descompasso da organização do espaço, em que pese o privilégio de certas áreas eleitas como espaços de progresso em

detrimento de outras. Apesar das áreas privilegiadas estarem notadamente em conexão com outras escalas de lugares, o mesmo não se pode dizer de lugares periféricos onde a territorialidade é confusa formando lugares de exclusão. Partindo desta ideia surgem as seguintes indagações: Seria isto verdade? Seria inevitável o avanço deste modelo de progresso fragmentador na cidade? Que progresso é este que desorganiza os territórios? Como ficam os lugares e as identidades nesse contexto?

Não obstante, pretendemos trabalhar na pesquisa em nosso objeto de estudo com os conceitos de lugar e identidade, além da questão do direito a participação na cidade, articulando ideias e reflexões em torno de possíveis construções no cotidiano para o Ensino de Geografia. Para tanto, também analisaremos a situação da distribuição da população e dos aparelhos urbanos nos lugares, seus aspectos históricos e a formação de identidades bem como o reflexo destas condições na escola.

Também devemos considerar que recentemente houve um grande fluxo migratório vindo de várias partes do estado do Rio de Janeiro e do Brasil que ocupa justamente espaços em áreas periféricas que queremos investigar. Por conseguinte, talvez o mais caro problema que queremos levantar é a questão da percepção da pobreza e seus espaços como natural, invisível, onde a própria história das pessoas e dos lugares é neutralizada. No dizer de Telles (2006, p.106), há uma “[...] recusa da existência de uma questão social”.

O que se verifica é a falta de planejamento e ordenamento territorial o que denota um padrão de organização espacial que concede privilégios a determinadas áreas e quem as usa em detrimento de outras mais afastadas. O argumento comumente utilizado para explicar tal fato é de que sem a economia do petróleo e, por conseguinte, sua espacialidade concentradora, não há avanço econômico e conseqüentemente desenvolvimento social.

Entretanto, nosso argumento é justamente o oposto desta proposição. Uma urbanização que esgarça o tecido urbano de maneira a organizar os lugares a feição de uma lógica de mercado que produz um espaço voltado à competição, ao consumo e ao poder, impõe condições precárias àqueles que não estão no centro do processo, mas nas periferias desvalorizadas. Em muitos casos, nestes lugares, mesmo considerando as redes que os perpassam e permitem as atividades econômicas, os bens e serviços públicos consagrados pelos direitos básicos do cidadão não são assegurados.

O que pretendemos discutir com o desenvolvimento da pesquisa a despeito do fato de que o município teve sua arrecadação com royalties ampliada durante anos em função do aumento da produção que as novas reservas exploradas proporcionaram, é a territorialidade que a formação de identidades pode proporcionar e sua possível incompletude. Pensamos que o modo como acontece a territorialidade tem vínculos relacionados a uma urbanização acelerada, que pode ter exposto boa parte da população residente nas áreas de ocupação recente, à fragilidade social, com implicações sérias na formação da cidadania e nas identidades individuais e coletivas.

O lugar que elegemos como nosso foco é o cotidiano da sala de aula. Enquanto espaço de vivência e construção de múltiplas relações sociais este será o objeto o qual direcionaremos nossos olhares porque, certamente, é onde encontraremos um campo de estudo, observação e participação em que podem estar boa parte da percepção das contradições apontadas.

### **Considerações finais**

Pensamos que não existe lugar vazio, que seja neutro, nem de matéria, nem de significado. Também, nossas reflexões nos levam a afirmar que não existe lugar que seja acabado, pronto, único, inexoravelmente imutável. Há uma multiplicidade de conexões e acontecimentos cotidianos que, inclusive conflituosamente, corroboram para a complexidade da formação dos lugares, suas territorialidades e possíveis vinculações identitárias que também são múltiplas. Daí decorre os seguintes questionamentos: Como será que os alunos se veem e se reconhecem diante da realidade contraditória que emoldura o desenrolar dos acontecimentos da vida no seu lugar de vivência, na escola e no seu bairro? Alguns alunos não aprendem por que não tem um caminho que percorram para a formação de suas identidades?

Neste momento, não pretendemos ter todas as respostas para questionamentos complexos como estes e tampouco queremos esgotar o debate acerca do papel que o lugar tem para a questão da formação das identidades e seu reconhecimento. Porém, temos a clareza de que práticas educativas que contextualizem o Ensino de Geografia quanto ao enfrentamento dos desafios de uma sociedade multidimensional considerando reflexões acerca das singularidades/multiplicidades identitárias dos alunos é de suma relevância para avançarmos nas discussões acerca da autonomia e da cidadania.

## Referências bibliográficas

CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. (org.). **Ensino de geografia**. Porto Alegre: Mediação, 2009. p. 83-131.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. p. 165-205.

LINDÓN, Alicia. La construcción socioespacial de la ciudad: el sujeto cuerpo e el sujeto sentimiento. **Cuerpo, emociones y sociedad**, Córdoba, n. 1, p. 06-20, dez., 2009.

MASSEY, Doreen. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, Antônio. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papius, 2000. p. 176-185.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

TASCHNER, Gisela. Cultura, consumo e cidadania. **Ciências Sociais Unisinos**. São Leopoldo, v. 46, n. 1, p. 47-52, jan./abr. 2010. Disponível em: <revistas.unisinos.br/index.php/ciencias\_sociais/article/viewFile/170/40>. Acesso em: 02 jun. 2016.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. Uma escola: texto e contexto. In: GARCIA, Regina Leite. (org.). **Método: pesquisa com o cotidiano**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 43-62.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**. Londrina: EDUEL, 2012.

\_\_\_\_\_. **Espaço e lugar**. Londrina: EDUEL, 2013.

